



POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO – NÍVEL SUPERIOR



102 SOLDADO POLICIAL MILITAR – CORNETEIRO

QUADRO DE PRAÇAS POLICIAIS MILITARES ESPECIALISTAS CORNETEIROS (QPMP-7)

Provas Objetiva e Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique atentamente se este caderno de questões corresponde ao cargo a que você concorre e se ele contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada uma, correspondentes à prova objetiva, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente alguma divergência quanto ao cargo a que você concorre, solicite ao chefe de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- No momento da identificação, verifique, na folha de respostas, se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções na folha de respostas.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para fazer a prova objetiva e a prova discursiva. Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à entrega do material, à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas e da folha de texto definitivo.
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada com material transparente.
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e(ou) em qualquer outro meio, que não os permitidos.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início das provas, você poderá entregar sua folha de respostas e sua folha de texto definitivo e retirar-se da sala.
- Você só poderá levar este caderno de questões após 3 (três) horas e 20 (vinte) minutos do início das provas.
- Ao terminar as provas, chame o chefe de sala, devolva-lhe sua folha de respostas devidamente assinada e sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto para responder às questões de 1 a 3.

1 Aquilo que a tradição jurídica europeia continental
4 chama de Estado de direito é, com apenas pequenas
7 distinções, basicamente o que a tradição jurídica
10 anglo-saxônica chama de *rule of law* (domínio da lei), ou
13 seja, a garantia de proibição do exercício arbitrário do poder,
16 a exigência de normas públicas claras e consistentes e a
19 existência de tribunais acessíveis e estruturados para ouvir e
22 determinar as diversas reivindicações legais. Contudo, ao
25 contrário do que ocorre com a expressão Estado de direito, o
28 termo *rule of law* não apresenta qualquer indício de
31 contradição ou de redundância, pois o que ele evoca é
34 claramente uma limitação ao exercício do poder político, ou
37 seja, a eliminação do arbítrio no exercício dos poderes
40 públicos com a consequente garantia de direitos dos
43 indivíduos perante esses poderes.

16 A tradição anglo-saxônica do *rule of law* não atribui
19 uma dimensão meramente formal à ideia de Estado de
22 direito, incluindo também uma dimensão substancial. Com
25 efeito, a *rule of law* não apenas submete o exercício do
28 poder ao direito, concebendo diversos mecanismos de
31 controle dos atos governamentais, mas também concede aos
34 indivíduos direitos inalienáveis anteriores à própria ordem
37 estatal. Nesse sentido, é importante ressaltar que o princípio
40 do devido processo legal relaciona-se à ideia de que os
43 indivíduos, além de serem tratados segundo aquilo que a lei
46 lhes reserva ou atribui (igualdade perante a lei), devem
49 fundamentalmente ser tratados segundo procedimentos
52 justos e equitativos.

Nos países que pertencem à tradição do *civil law*, ao
31 contrário, a noção de Estado de direito foi concebida
34 inicialmente em uma dimensão meramente formal,
37 confundindo-se com o próprio princípio da legalidade, que
40 estabelece que todos os atos emanados dos órgãos do
43 Estado devem estar habilitados juridicamente, isto é, devem
46 estar fundados e motivados em uma hierarquia de normas
49 públicas, claras, abstratas e gerais.

37 Essa submissão do poder estatal à hierarquia das
40 normas sofreu uma inflexão com o advento do chamado
43 Estado de bem-estar social. Esse novo modelo, oriundo das
46 revoluções sociais do século XX, passou a atribuir novas
49 responsabilidades à ordem estatal, principalmente a de
52 assumir o desenvolvimento econômico e social, criando
55 mecanismos de proteção contra os efeitos colaterais da
economia de mercado.

Nos últimos anos, a tradição continental passou a
46 incorporar a dimensão substancial da *rule of law*, incluindo
49 dispositivos de garantia dos direitos fundamentais. Essa
52 nova modalidade de Estado de direito vem recebendo o
55 nome de Estado constitucional. A principal distinção entre o
Estado constitucional e as antigas noções de Estado de
direito encontra-se no fato de que o primeiro não se limita
aos aspectos formais da legalidade do exercício do poder,
mas inclui normas substanciais expressas nos chamados
princípios constitucionais e nas normas relativas aos direitos
fundamentais.

Eduardo R. Rabenhorst. **Democracia e direitos fundamentais.**
Em torno da noção de estado de direito. Internet:
<www.dhnet.org.br> (com adaptações).

QUESTÃO 1

Infere-se do texto que o(a)

- (A) princípio do devido processo legal surgiu nos países anglo-saxônicos como meio de garantir os direitos individuais inalienáveis antes mesmo da organização dos Estados.
- (B) modelo anglo-saxônico de controle do poder estatal inspirou as revoluções sociais do século XX e a consequente criação do conceito de Estado constitucional.
- (C) economia de mercado provocou uma crise do modelo de Estado de direito tradicionalmente adotado na Europa continental, tendo sido o Estado de bem-estar social criado para garantir os avanços de controle do poder do Estado alcançados até então.
- (D) princípio da legalidade é aplicado apenas em países pertencentes à tradição do Estado de direito, dado que com ele se confunde.
- (E) contradição ou a redundância atribuída à expressão Estado de direito relaciona-se ao fato de seu conceito possuir apenas uma dimensão formal.

QUESTÃO 2

De acordo com o texto,

- (A) embora os conceitos de Estado de direito e *rule of law* (domínio da lei) sejam essencialmente correspondentes, este possui ao menos uma dimensão a mais que aquele.
- (B) a restrição da liberdade daqueles que exercem os poderes públicos nos Estados que adotam o modelo do Estado de direito garante o respeito aos direitos individuais.
- (C) para que a justiça e a equidade sejam garantidas aos indivíduos basta que a lei seja corretamente aplicada.
- (D) normas abstratas e gerais e, ao mesmo tempo, claras e públicas devem motivar e fundamentar os atos emanados dos órgãos estatais, de modo a possibilitar a aplicação do princípio da legalidade.
- (E) o Estado constitucional, por embasar-se em princípios constitucionais, diferencia-se do *rule of law* (domínio da lei), modelo que não tem nenhuma relação com esses princípios.

QUESTÃO 3

Em relação a aspectos morfosintáticos e semânticos do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “Aquilo que” (linha 1) e em “o que” (linha 3), no primeiro período do texto, “Aquilo” e “o” classificam-se como pronome e são os antecedentes dos pronomes “que” que os sucedem imediatamente.
- (B) O acento indicativo de crase poderia ser corretamente empregado no “a” (linha 13) imediatamente anterior a “eliminação”, já que a expressão “ou seja” (linhas 12 e 13) introduz uma explicação para “exercício do poder político” (linha 12), relacionado sintaticamente a “limitação” (linha 12).
- (C) No trecho “aquilo que a lei lhes reserva ou atribui” (linhas 25 e 26), o pronome “lhes” exerce a função de complemento tanto da forma verbal “reserva” quanto da forma verbal “atribui”.
- (D) O vocábulo “inflexão” (linha 38) é empregado no texto como sinônimo de **descredito**, **desprestígio**, com sentido negativo, portanto.
- (E) A substituição de “vem recebendo” (linha 48) por **tem recebido** acarretaria prejuízo para o sentido original do texto, já que o caráter de continuidade denotado pela forma no gerúndio não seria mantido com essa substituição.

Texto para responder às questões de 4 a 6.

1 Os fatores emocionais podem desempenhar um peso importante mesmo no contexto jurídico, no qual se busca uma avaliação a mais objetiva possível da culpa. Para a lei, a
4 pessoa que comete uma transgressão é culpada, admita-o ou não, sinta-se ou não culpada. A caracterização da culpa é regulamentada por legislação, investigada e demonstrada
7 através de inquérito policial e de processo judicial. O objetivo maior do julgamento traduz-se na clássica pergunta que o juiz faz ao júri: quer saber se o réu foi considerado inocente
10 ou culpado. A decisão terá de se apoiar em provas concretas, em evidências objetivas, porque, como diz o aforisma jurídico, todo mundo é inocente até prova em
13 contrário. Prova é qualquer evidência factual que auxilie no estabelecimento da verdade: uma foto do criminoso agredindo a vítima é uma prova. A culpa pode ser provada
16 por meios como a confissão, o testemunho, as evidências resultantes da perícia, as provas documentais.

A culpabilidade é avaliada pelo aparato judicial: o juiz,
19 os jurados, os advogados de defesa e de acusação. O ato pode ser inerentemente mau (*malum in se*), como no caso do assassinato premeditado, ou pode ser um *malum prohibitum*,
22 não necessariamente imoral ou lesivo, mas ainda assim proibido por causar transtornos ou problemas: estacionar em lugar não permitido, por exemplo. Uma vez constatada a
25 culpa, a pena será imposta de acordo com as disposições judiciais.

A situação psicológica do réu é um complicador nessa
28 avaliação. Existem pessoas para quem matar outras pessoas pode não ser crime.

Moacyr Scliar. **Enigmas da culpa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

QUESTÃO 4

A respeito das ideias do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O contexto jurídico é apresentado, no texto, em contraposição às emoções, embora possa ser por elas influenciado.
- (B) O autor considera a confissão uma das provas incontestáveis de culpa.
- (C) De acordo com o texto, há pessoas que estão à margem da lei, obedecendo apenas à própria consciência.
- (D) No texto, defende-se a ideia de que aquilo que apenas causa transtorno ou problema não é imoral ou lesivo.
- (E) Conclui-se do texto que, apesar da objetividade no tratamento da culpa no contexto judicial, a crença do réu a respeito do certo e do errado pode alterar a avaliação judicial.

QUESTÃO 5

A respeito de aspectos linguísticos do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) As formas participiais “culpada” (linha 4) e “regulamentada” (linha 6) classificam-se no texto como adjetivos e exercem a função de predicativo.
- (B) Em “quer saber se o réu foi considerado inocente ou culpado” (linhas 9 e 10), a partícula “se” classifica-se como conjunção e introduz o complemento da forma verbal “saber”.
- (C) Em “o réu foi considerado inocente” (linha 9), “inocente” exerce a função de predicativo do objeto, pois refere-se a “o réu”, paciente da ação verbal.
- (D) A correção gramatical do texto seria prejudicada caso a conjunção “porque” (linha 11) fosse substituída por **pois**.
- (E) A forma verbal “Existem” (linha 28) poderia ser corretamente substituída por **Hão**.

QUESTÃO 6

No que se refere ao emprego das formas pronominais no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “admita-o” (linha 4), o pronome “o” retoma “um peso importante” (linhas 1 e 2).
- (B) Tanto em “sinta-se” (linha 5) quanto em “traduz-se” (linha 8), a partícula “se” classifica-se como partícula apassivadora.
- (C) Em “terá de se apoiar” (linha 10), a partícula “se” poderia ser corretamente empregada imediatamente após o verbo “apoiar”: **terá de apoiar-se**.
- (D) O pronome **essa**, em “nessa avaliação” (linhas 27 e 28), antecipa a ideia que será expressa no período posterior.
- (E) Na linha 28, o pronome “quem” exerce a função de sujeito da forma verbal “matar”.

QUESTÃO 7

1 Uma das tendências marcantes do pensamento moderno é a convicção generalizada de que o verdadeiro fundamento de validade do direito, em geral, e dos direitos
4 humanos, em particular, já não deve ser procurado na esfera sobrenatural da revelação religiosa, tampouco em uma abstração metafísica. Se o direito é uma criação humana, o
7 seu valor deriva, justamente, daquele que o criou, o que significa que esse fundamento não é outro, senão o próprio homem, considerado em sua dignidade substancial de
10 pessoa, diante da qual as especificações individuais e grupais são sempre secundárias.

Fábio Comparato. **Fundamento dos direitos humanos**.
Internet: <www.dhnet.org.br> (com adaptações).

Dado o desenvolvimento das ideias no trecho de texto acima, é correto afirmar que a partícula “Se”, que inicia o segundo período,

- (A) poderia ser corretamente substituída por **Caso**.
- (B) introduz uma oração de valor causal, podendo ser substituída por **Como**.
- (C) classifica-se como conjunção integrante e introduz uma oração subordinada substantiva.
- (D) poderia ser suprimida do texto, caso a forma verbal “é” (linha 6) fosse substituída por **sendo** e fosse empregada vírgula logo após “direito” (linha 6).
- (E) introduz uma oração de valor temporal, podendo ser substituída por **Quando**.

QUESTÃO 8

No atual estágio da economia mundial globalizada, em que a capacidade de produzir amplia-se consideravelmente, em larga medida impulsionada pelos incessantes avanços tecnológicos, a integração de países e de regiões em torno de blocos torna-se, a rigor, exigência do novo tempo vivido pelo mundo. A despeito de crises, como a que atualmente envolve alguns de seus integrantes, a mais exitosa experiência de integração que se conhece, cujos primeiros passos foram dados nas décadas que imediatamente se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, é o(a)

- (A) Área de Livre Comércio das Américas (Alca).
- (B) Mercado Comum do Sul (Mercosul).
- (C) Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta).
- (D) União Europeia (UE).
- (E) Pacto Andino.

QUESTÃO 9

Uma visita estrangeira foi destaque no Brasil no primeiro semestre de 2013. Depois de anos tentando obter visto de saída de seu país, Yoani Sánchez foi recebida por admiradores, mas também por adversários, que chegaram a impedir a realização de alguns atos previamente agendados. Yoani Sánchez ficou conhecida em várias partes do mundo por suas posições, expressas em *blog* que ela mantém, de

- (A) crítica ao regime político cubano, a começar do cerceamento à liberdade.
- (B) crítica ao imperialismo norte-americano, que impede o desenvolvimento de Cuba.
- (C) apoio aos movimentos religiosos radicais, inclusive os que defendem atos terroristas.
- (D) defesa do embargo comercial dos Estados Unidos ao regime dos irmãos Castro.
- (E) crítica aos programas sociais em vigor em países da América Latina.

QUESTÃO 10

Nos dias de hoje, o agronegócio desempenha papel relevante na pauta das exportações brasileiras. Em larga medida, o avanço obtido pelo país na produção de alimentos deve-se ao trabalho de uma instituição científica voltada para o campo e com reconhecimento internacional. Essa instituição é o(a)

- (A) Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT).
- (B) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- (C) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- (D) Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).
- (E) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

QUESTÃO 11

A Constituição Federal define o Brasil como um Estado democrático de direito cujos fundamentos são a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político. Relativamente aos direitos e garantias fundamentais, constitucionalmente assegurados e essenciais à plena cidadania, assinale a alternativa correta.

- (A) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- (B) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.
- (C) A casa é asilo inviolável do indivíduo, não sendo dado a ninguém nela penetrar sem autorização do morador.
- (D) Sem exceção, é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telefônicas.
- (E) É livre a manifestação intelectual e artística, admitindo-se a censura apenas para a televisão.

QUESTÃO 12

Alberto, Belizário, Carlos, Demóstenes e Eduardo são praças que costumam fazer rondas em duplas na região de Samambaia – DF. O oficial superior deles determinou que as rondas devem ser feitas de forma a nunca se repetirem as duplas. Até o momento, Alberto e Carlos nunca saíram em ronda juntos, assim como Belizário e Demóstenes, mas todas as outras duplas possíveis já foram formadas. Sabendo que saem duas duplas de praças em cada ronda, assinale a alternativa que apresenta o total de rondas que já aconteceram.

- (A) 10
- (B) 8
- (C) 5
- (D) 4
- (E) 2

QUESTÃO 13

A afirmativa “Se a rosa é amarela, então o cravo é vermelho” é falsa, apenas quando a rosa

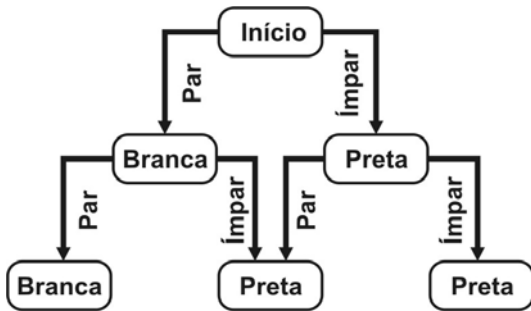
- (A) não é amarela e o cravo não é vermelho.
- (B) não é amarela e o cravo é vermelho.
- (C) não é amarela e o cravo é branco.
- (D) é amarela e o cravo é vermelho.
- (E) é amarela e o cravo não é vermelho.

RASCUNHO

Texto para responder às questões 14 e 15.



Na figura acima, há uma peça de um jogo de xadrez que foi movida, a partir da posição mostrada, de acordo com os resultados de dois lançamentos sucessivos de um dado comum de seis faces, segundo o esquema apresentado na figura seguinte.



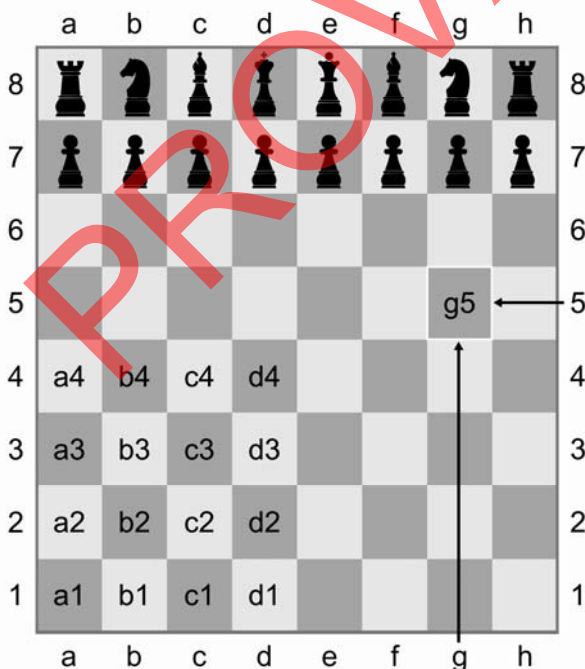
A peça em questão só pode se mover, de acordo com o sorteio, para uma das oito casas adjacentes àquela na qual se encontra. Os resultados obtidos nos dois lançamentos sucessivos do dado foram 4 e 5.

QUESTÃO 14

As casas nas quais a peça esteve, de acordo com o texto, são, pela ordem:

- (A) preta, preta e preta.
- (B) branca, preta e branca.
- (C) preta, branca e preta.
- (D) branca, branca e preta.
- (E) preta, branca e branca.

Figura para responder às questões 15 e 16.



As casas de um tabuleiro de xadrez são identificadas por letras e números, conforme a figura.

QUESTÃO 15

De acordo com o texto e considerando que a peça terminou seus dois movimentos na casa d4, assinale a alternativa que apresenta a casa em que ela poderia estar no início.

- (A) a4
- (B) b6
- (C) c4
- (D) d4
- (E) e1

QUESTÃO 16

A figura mostra a disposição das peças de um jogo de xadrez segundo as regras do jogo. Considerando apenas as peças que estão na linha 8 da figura e ignorando as limitações das regras, assinale a alternativa que apresenta o total de disposições possíveis para essas oito peças de modo a distribuí-las na linha 8 do tabuleiro.

- (A) 2.520
- (B) 5.040
- (C) 10.080
- (D) 20.160
- (E) 40.320

RASCUNHO

QUESTÃO 17

O aplicativo Windows Explorer permite, entre outras coisas, localizar e executar programas instalados no computador. Assinale a alternativa que apresenta o local (caminho) por meio do qual pode ser encontrado o aplicativo Windows Explorer no Windows XP em português.

- (A) Iniciar / Painel de controle / Aplicativos
- (B) Meu computador / Disco local (C:) / Aplicativos
- (C) Iniciar / Todos os programas / Acessórios
- (D) Meu computador / Arquivos de programas
- (E) Iniciar / Executar / Aplicativos

QUESTÃO 18

Intranet é o nome dado a uma rede de computadores privada que utiliza protocolos e outras tecnologias próprias da Internet. Aplicações como abertura de chamados técnicos, atualizações de dados funcionais e acesso a notícias internas podem ser disponibilizadas na intranet de uma empresa. Considerando essa informação, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta a respeito de uma intranet.

- (A) A venda de produtos via Web é disponibilizada por meio da intranet de uma empresa.
- (B) Os jornais e as revistas de circulação nacional têm usado a intranet como meio de divulgação via Web.
- (C) A troca de mensagens de correio eletrônico depende do acesso à intranet da empresa.
- (D) As aplicações da intranet são de acesso restrito dos colaboradores de uma empresa.
- (E) Os *home bankings* são exemplo de aplicações seguras das intranets.

QUESTÃO 19

Com o uso crescente da Internet, aumenta também o número de ataques e a propagação de programas maliciosos de computador. Há diversos tipos de ataques virtuais, alguns relacionados com o acesso indevido a redes de computadores de terceiros e outros em forma de vírus embutidos em programas ou mensagens eletrônicas. Um novo tipo de golpe tem como objetivo capturar informações como nomes, números de contas e cartões de crédito, senhas, utilizando mensagens falsas e fazendo a vítima acreditar que está fornecendo tais informações a uma pessoa de confiança. O nome dado a esse tipo de ataque é

- (A) *spam*.
- (B) *spyware*.
- (C) *phishing*.
- (D) *trojan*.
- (E) *worms*.

QUESTÃO 20

A cópia de segurança de documentos armazenados em computador, conhecida por *backup*, é um procedimento que deve ser realizado com frequência para evitar a perda de informações importantes para o usuário e para a empresa onde trabalha. O *backup* pode ser realizado de forma completa, com a cópia de todos os arquivos selecionados, ou de forma parcial, quando se copia apenas os arquivos que foram alterados desde a última cópia completa. O nome que se dá à cópia parcial de arquivos é

- (A) *backup* diário.
- (B) *backup* periódico.
- (C) *backup* esporádico.
- (D) *backup* parcial.
- (E) *backup* incremental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

A teoria das inteligências múltiplas não atribui às aptidões medidas pelo quociente de inteligência (QI) a posição superior que elas têm na teoria clássica, mas inter-relaciona diversas aptidões distintas. Sendo assim, a capacidade de controlar e orquestrar o movimento do corpo e de manejar objetos com habilidade refere-se à inteligência

- (A) linguística.
- (B) lógica.
- (C) naturalista.
- (D) existencial.
- (E) cinestésica.

QUESTÃO 22

Em qualquer momento, valores éticos antigos convivem com valores mais novos e contemporâneos. Assinale a alternativa que apresenta a fase em que a ética das convenções coordena as interações nas organizações.

- (A) ética relativa
- (B) responsabilidade social
- (C) darwinismo social
- (D) estágio pós-convencional da ética
- (E) estágio convencional da ética

QUESTÃO 23

No que se refere aos fundamentos da organização dos Poderes e do Distrito Federal (DF), previstos na Lei Orgânica do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A preservação da autonomia do DF como unidade federativa constitui-se em um dos seus objetivos prioritários.
- (B) É assegurado o exercício do direito de petição ou representação. O pagamento de taxas ou emolumentos, ou de garantia de instância, serão dispensados para aqueles que provarem não dispor de condições financeiras suficientes para tanto.
- (C) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e ação popular.
- (D) O DF encontra-se no pleno exercício de sua autonomia política e administrativa, não gozando, porém, de autonomia financeira.
- (E) Ninguém será discriminado ou prejudicado em razão de nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, orientação sexual, deficiência física, imunológica, sensorial ou mental, por ter cumprido pena, nem por qualquer particularidade ou condição, observada a Constituição Federal.

QUESTÃO 24

Relativamente à organização do DF, estabelecida em sua Lei Orgânica, assinale a alternativa correta.

- (A) A atividade de proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência é de competência privativa do DF.
- (B) A administração fazendária e seus agentes fiscais, aos quais compete exercer privativamente a fiscalização de tributos do DF, terão, em suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- (C) É vedado ao DF doar bens imóveis de seu patrimônio ou constituir sobre eles ônus real, bem como conceder isenções fiscais ou remissões de dívidas, sem expressa autorização do Tribunal de Contas do DF, sob pena de nulidade do ato.
- (D) Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional do DF, ficam assegurados o recebimento de adicional de um por cento por ano de serviço público efetivo, nos termos da lei; a contagem, para todos os efeitos legais, do período em que o servidor estiver de licença concedida por hospital do DF; e a contagem recíproca, para efeito de aposentadoria, do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, urbana, na forma prevista na Constituição Federal.
- (E) É assegurada a participação de servidores públicos na diretoria de fundos e entidades para as quais contribuem, na forma da lei.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa correta no tocante à Lei Orgânica do Distrito Federal.

- (A) A nomeação do comandante-geral da Polícia Militar é de competência privativa do governador do DF.
- (B) Ato do Comandante da Polícia Militar que atentar contra a lei orçamentária constitui-se em mera infração administrativa.
- (C) Ao policial militar do DF é assegurada assistência jurídica especializada por meio da assistência judiciária, quando no exercício da função se envolver em fatos de natureza penal, administrativa ou pessoal.
- (D) A legislação penitenciária do DF assegurará o respeito às regras da Organização dos Estados Americanos para o tratamento de reclusos, a defesa técnica nas infrações disciplinares e definirá a composição e competência do Conselho de Política Penitenciária do DF.
- (E) Compete à Polícia Militar o exercício do poder de polícia administrativa de trânsito.

QUESTÃO 26

A atividade do Estado que consiste na limitação do exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público caracteriza-se como poder

- (A) regulamentar.
- (B) vinculado.
- (C) disciplinar.
- (D) de polícia.
- (E) hierárquico.

QUESTÃO 27

No tocante aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato administrativo válido, revogado pela administração pública, produz efeitos *ex tunc*.
- (B) O ato administrativo com vício no que se refere à forma pode ser convalidado.
- (C) A anulação do ato administrativo, praticado em desacordo com o ordenamento jurídico, somente pode ser promovida pelo Poder Judiciário.
- (D) Ao Poder Judiciário não é permitida a revogação dos atos praticados pela administração pública no tocante aos próprios atos administrativos do Poder Judiciário.
- (E) Os atos administrativos que produziram direitos adquiridos podem ser revogados.

QUESTÃO 28

Relativamente aos poderes da administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Poder vinculado é aquele em que a administração pública obriga-se a praticar determinado ato, cumprindo fielmente o que a lei impõe. Todavia, caso o agente público, no cumprimento do ato, verifique que ação contrária ao dispositivo legal atenderá com maior efetividade ao interesse público, poderá agir de forma distinta da lei, prestando a devida justificativa.
- (B) Poder hierárquico é aquele de que dispõe o Executivo para organizar e distribuir as funções de seus órgãos, regulamentando os direitos e deveres de seus agentes, sendo característica desse poder a possibilidade de o superior hierárquico aplicar sanções disciplinares aos seus subordinados.
- (C) Poder disciplinar refere-se ao dever de punição em face do cometimento de faltas ou infringência aos deveres funcionais por agentes públicos, estendendo-se também à sanção de condutas particulares, uma vez que o interesse público prevalece sobre o particular.
- (D) Também denominado poder normativo, o poder regulamentar é o poder que detém o chefe do Executivo de detalhar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos para disciplinar matéria de sua competência.
- (E) O poder de polícia da Administração, em regra, tem natureza repressiva, sendo executado por órgãos de segurança da administração pública, incidindo sobre a pessoa que pratica ilícito penal.

QUESTÃO 29

No que se refere aos princípios aplicáveis à administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da motivação deverá ser observado sempre que a prática de atos administrativos implique na garantia do contraditório e da ampla defesa.
- (B) Segundo o princípio da legalidade, à administração pública é permitida a prática de atos, desde que não haja vedação legal.
- (C) Nos termos do que prescreve a Constituição Federal, se houver violação ao princípio da moralidade administrativa, qualquer cidadão será parte legítima para propor ação civil pública.
- (D) O princípio da eficiência determina que a atividade desenvolvida pela administração pública deve observar o interesse público, sendo atribuída aos órgãos e entidades em nome dos quais foi praticada e não à pessoa do agente público.
- (E) A divulgação de ato administrativo por meio de rádio de grande abrangência nacional é suficiente para o atendimento do princípio da publicidade.

QUESTÃO 30

Em conformidade com o texto constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) A liberdade de pensamento é considerada como um direito inerente a cada pessoa, que a permite idealizar e externar suas ideias de forma absoluta. O pensamento, por si só, não pode sofrer qualquer limitação, eis que de foro íntimo. A Constituição Federal, quando trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, busca tutelar a manifestação do pensamento, sem estabelecer qualquer possibilidade de censura por parte do Estado, vedando, todavia, o anonimato.
- (B) É assegurado o livre exercício profissional, podendo o cidadão praticar qualquer trabalho, ofício ou profissão, sem que o legislador ordinário possa efetuar qualquer restrição de acordo com a natureza da profissão.
- (C) A Emenda Constitucional n.º 45/2004 inseriu uma garantia constitucional segundo a qual serão assegurados a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, estabelecendo prazo para que a prestação jurisdicional seja efetivamente entregue.
- (D) Com o intuito de preservar a segurança jurídica, a Constituição Federal prescreve que a lei penal nunca retroagirá.
- (E) Visando a proteger os direitos individuais líquidos e certos, não amparados por *habeas corpus* e *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público, a Constituição Federal previu a concessão do mandado de segurança. Ante as características da ação constitucional mencionadas, a Carta Magna não admitiu o mandado de segurança coletivo.

QUESTÃO 31

Assinale a alternativa correta no que concerne às atribuições do presidente da República previstas no texto constitucional.

- (A) O presidente da República poderá vetar projetos de lei, total ou parcialmente, podendo tal atribuição ser delegada ao advogado-geral da União.
- (B) O presidente da República poderá dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos e sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos, sendo vedada a delegação de tais atribuições.
- (C) Caberá ao presidente da República decretar o estado de defesa e o estado de sítio e decretar e executar a intervenção federal, sendo vedada a delegação.
- (D) O presidente da República poderá conferir condecorações e distinções honoríficas, podendo delegar tais atribuições aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União.
- (E) O presidente da República não poderá delegar a atribuição de conceder indulto e comutar penas.

QUESTÃO 32

Com relação à administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei complementar, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- (B) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- (C) A Constituição Federal garante aos servidores públicos civis e militares o direito à livre associação sindical.
- (D) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- (E) As pessoas jurídicas de direito público, as de direito privado prestadoras de serviços públicos e as empresas públicas e sociedades de economia mista responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

QUESTÃO 33

Sentença penal condenatória determinou a aplicação da sanção de pena privativa de liberdade ao réu e a decretação do perdimento de bens que, nos termos da lei, acabaram por afetar seus familiares, exatamente no montante do patrimônio transferido pelo réu.

Considerando essa situação hipotética e os princípios constitucionais que regem o Direito Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A imposição da pena privativa de liberdade ao réu e não a seus familiares, que não praticaram crime, corresponde à aplicação integral do princípio constitucional da individualização da pena.
- (B) A imposição do perdimento de bens aos familiares do condenado acabou por não observar o princípio constitucional da personalidade ou responsabilidade pessoal.
- (C) A extensão dos efeitos da condenação, com a decretação do perdimento de bens, afetando os familiares do condenado não poderia ocorrer, em virtude da necessidade de se observar o princípio constitucional da legalidade estrita.
- (D) O fato de a pena privativa de liberdade ter atingido apenas a pessoa do condenado com extensão, aos familiares, da obrigação de reparar o dano, atende integralmente o que prescreve o princípio constitucional da personalidade ou responsabilidade pessoal.
- (E) O princípio da personalidade ou da responsabilidade pessoal é um princípio implícito na Constituição Federal vigente.

QUESTÃO 34

A prática da tortura é crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, bem como por sua prática responde, também, aquele que podendo evitar se omite (conduta omissiva). Considerando essa informação, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei que pune a conduta criminosa da tortura encontra-se albergada, entre outros fundamentos previstos na Constituição Federal, na proteção da dignidade da pessoa humana, que está prevista no capítulo que trata dos princípios constitucionais.
- (B) A omissão não é conduta a ser incriminada no caso da tortura, em função de o princípio da responsabilidade subjetiva ser movido apenas pelo dolo e não pela culpa.
- (C) O princípio da legalidade estrita, que é a base para aplicação do direito penal brasileiro, coaduna-se tão-somente com a incriminação de condutas dolosas.
- (D) No caso de conduta omissiva, aplica-se o princípio constitucional da responsabilidade objetiva, pois mesmo sendo praticada a omissão, o sujeito será punido criminalmente pela tortura que efetivamente não praticou.
- (E) A intenção do sujeito ativo na prática de tortura, levada em consideração na sentença penal condenatória, a fim de dimensionar a sanção penal a ser aplicada, em função das circunstâncias individuais do réu, corresponde ao princípio da retroatividade da lei.

QUESTÃO 35

Um menor de dezesseis anos pegou uma arma de fogo e atirou, com intenção de matar, contra outro menor, conseguindo atingi-lo, mas não o matou. Nesse caso,

- (A) há tipicidade na conduta do menor de idade para o Código Penal, não havendo qualquer excludente de culpabilidade.
- (B) o menor foi movido pela intenção de matar, motivo pelo qual estão presentes tanto a ilicitude quanto a culpabilidade.
- (C) não há sujeito passivo no fato, uma vez que menores de dezoito anos não podem cometer crimes.
- (D) não haverá punibilidade, em função da atipicidade do fato.
- (E) há tipicidade no fato hipotético, mas não há culpabilidade, uma vez que o menor é inimputável.

QUESTÃO 36

Um adulto e dois menores resolveram praticar o crime chamado popularmente de "sequestro relâmpago" e dividir o produto do crime. O adulto levou os menores, em seu carro, ao local para a realização do crime e retornou para a sua casa. Os menores abordaram uma vítima que estava entrando em seu veículo e a levaram consigo, deixando-a na rodovia mais próxima trinta minutos depois. Saíram do local na posse do veículo subtraído e, posteriormente, venderam-no para outro grupo de receptadores.

A respeito da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) No fato, não há concurso de agentes, uma vez que os dois menores foram os responsáveis por abordar a vítima.
- (B) O sujeito ativo do crime, o adulto, está amparado pela excludente de ilicitude, uma vez que apenas dirigiu seu carro e retornou para casa, não tendo abordado a vítima em conjunto com os menores.
- (C) No caso, há tipicidade e culpabilidade na conduta do adulto, bem como é o caso de concurso de pessoas, mesmo tendo sido o crime praticado em companhia de inimputáveis.
- (D) Há uma excludente de culpabilidade do adulto, uma vez que a reprovação da sua conduta deve ser menor que a dos dois menores.
- (E) Não haverá a punibilidade do adulto, em função de o fato praticado pelos menores ser excludente de culpabilidade.

QUESTÃO 37

No tocante ao inquérito policial, é correto afirmar que

- (A) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito por ausência de materialidade do delito.
- (B) o inquérito é procedimento administrativo, informativo e indispensável.
- (C) o Código de Processo Penal impossibilita o desarquivamento do inquérito policial.
- (D) o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer à autoridade policial a realização de qualquer diligência.
- (E) é irrecorrível o despacho que indeferir a abertura de inquérito policial.

QUESTÃO 38

A injúria é crime de ação penal

- (A) exclusivamente privada.
- (B) privada subsidiária da pública.
- (C) privada personalíssima.
- (D) pública condicionada.
- (E) pública incondicionada.

QUESTÃO 39

Tendo em mãos mandado de busca domiciliar expedido pela autoridade judiciária competente, a polícia poderá executá-lo

- (A) apenas durante o dia.
- (B) apenas à noite.
- (C) à noite, desde que autorizada pelo morador.
- (D) durante o dia, desde que autorizada pelo morador.
- (E) a qualquer hora, desde que exiba ao morador o mandado judicial.

QUESTÃO 40

De acordo com o Código de Processo Penal, ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva. Com relação à prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.

- (A) Poderá o preso pleitear ao juiz sua liberdade provisória, havendo ilegalidade no auto de prisão em flagrante.
- (B) Independentemente da lavratura do auto de prisão em flagrante, se o réu se livrar solto, deverá ser posto em liberdade.
- (C) Considera-se em flagrante delito o indivíduo que é perseguido, logo após cometer infração penal, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- (D) O auto de prisão em flagrante será assinado por uma testemunha que tenha ouvido a leitura na presença do condutor e do acusado quando este se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo.
- (E) Somente a autoridade policial e seus agentes poderão prender alguém em flagrante delito.

QUESTÃO 41

Nos termos da Lei n.º 8.072/1990, considera-se como crime hediondo

- (A) o homicídio simples.
- (B) a alteração de produto destinado a fins terapêuticos.
- (C) expor alguém, por meio de relações sexuais, a contágio de moléstia venérea de que sabe estar contaminado.
- (D) a lesão corporal de natureza grave.
- (E) o aborto provocado pela gestante.

QUESTÃO 42

Com relação aos dispositivos da Lei n.º 9.099/1999, que dispõe acerca dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta.

- (A) As contravenções penais não são alcançadas pelos Juizados Especiais Criminais.
- (B) Não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal.
- (C) A competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo domicílio do réu.
- (D) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência da infração penal lavrará o auto de prisão e o encaminhará ao Juizado, com o autor do fato.
- (E) As infrações penais abrangidas pela Lei são processadas apenas mediante ação penal pública incondicionada.

QUESTÃO 43

Relativamente aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, segundo o Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao autor do homicídio culposo, ainda que tenha socorrido a vítima, caberá a prisão em flagrante.
- (B) A Lei autoriza a aplicação indistinta da transação penal aos crimes de trânsito.
- (C) Participar de um "racha", sem resultar dano potencial à incolumidade pública ou privada, caracteriza o crime previsto na Lei.
- (D) No crime de trânsito de lesão corporal culposa, sob a influência de álcool, é exigida a instauração de inquérito policial.
- (E) A multa reparatoria em favor da vítima, ou de seus sucessores, poderá ser superior ao valor do prejuízo demonstrado no processo.

QUESTÃO 44

Relativamente aos crimes de tortura previstos na Lei n.º 9.455/1997, é correto afirmar que o(s)

- (A) sujeito ativo do crime de tortura é a autoridade pública.
- (B) dispositivos da Lei só são aplicáveis aos crimes de tortura praticados no território nacional.
- (C) agrupamento de pessoas que seguem a mesma religião pode ser alvo do crime de tortura.
- (D) condenado por crime de tortura sempre iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.
- (E) crime de tortura é inafiançável, suscetível de indulto, graça e anistia.

QUESTÃO 45

Nos termos da Lei n.º 9.605/1998, que impôs medidas penais às condutas lesivas ao meio ambiente, é correto afirmar que

- (A) constitui crime explorar economicamente floresta plantada em terras de domínio público, ainda que para garantia de sobrevivência do agente.
- (B) não cabe transação penal nos crimes ambientais.
- (C) a responsabilidade penal das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
- (D) o infrator arrependido que espontaneamente reparar o dano deve receber o benefício da atenuação da pena.
- (E) a ação penal é pública condicionada à representação do Ministério do Meio Ambiente.

QUESTÃO 46

No que se refere à aplicação da lei penal militar, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.
- (B) A pena dos crimes militares pode ser cominada por lei formal ou por regulamento disciplinar da corporação.
- (C) Aos crimes praticados em tempo de guerra aplicam-se, em regra, as mesmas penas cominadas para o tempo de paz.
- (D) Considera-se praticado o crime no momento da produção do resultado.
- (E) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrevogável, inclusive quanto aos efeitos de natureza civil.

QUESTÃO 47

Um soldado da polícia militar fazia patrulhamento em via pública quando se deparou com pessoa que parecia portar drogas. Ao aproximar-se para efetuar busca pessoal, o abordado correu para evitar a prisão, momento em que o soldado efetuou disparos com a arma de fogo da corporação para impedir a fuga, com isso provocando a morte do civil.

Com base na situação descrita e considerando que o Código Penal Militar prevê que a conduta de matar alguém corresponde ao crime de homicídio simples, assinale a alternativa correta.

- (A) O soldado praticou crime militar, motivo pelo qual será julgado pela Justiça Militar do Distrito Federal.
- (B) Apesar de o ato praticado pelo soldado não ser crime militar, o julgamento será realizado perante a Justiça Militar.
- (C) A conduta praticada pelo soldado não é crime, uma vez que agiu em exercício regular de direito.
- (D) Por se tratar de crime doloso praticado contra a vida de civil, a conduta do soldado não caracteriza crime militar, razão pela qual o julgamento ocorrerá na Justiça Comum.
- (E) A conduta praticada pelo soldado não é crime, uma vez que agiu no estrito cumprimento do dever legal.

QUESTÃO 48

Com relação ao conceito de crime militar e às penas no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) São penas principais a reclusão, a detenção e a perda da função pública.
- (B) A pena de reclusão ou de detenção de até dois anos, aplicada a militar, é convertida em pena de prisão.
- (C) A pena privativa da liberdade por mais de dois anos, aplicada a militar, é cumprida em penitenciária militar, não se admitindo, em hipótese alguma, a sua execução em estabelecimento prisional civil.
- (D) A pena de reforma sujeita o condenado à situação de inatividade, hipótese em que perceberá, no mínimo, quantia equivalente ao soldo.
- (E) Os crimes de abuso de autoridade, previstos na Lei n.º 4.898/1965, quando praticados por militar da ativa, caracterizam crime militar, segundo critérios definidos no art. 9.º do Código Penal Militar.

QUESTÃO 49

Quanto ao crime e ao concurso de agentes no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) A participação de somenos importância é causa de diminuição da pena de um sexto a um terço.
- (B) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, não será punido sequer pelos atos já praticados.
- (C) Não há crime quando o comandante de navio, aeronave ou praça de guerra, na iminência de perigo ou grave calamidade, compele os subalternos, por meios violentos, a executar serviços e manobras urgentes, para salvar a unidade ou vidas, ou evitar o desânimo, o terror, a desordem, a rendição, a revolta ou o saque.
- (D) O agente que executa o crime, ou dele participa, mediante paga ou promessa de recompensa, não tem a sua pena agravada no âmbito do Direito Penal Militar.
- (E) O soldado da polícia militar não é culpado se comete crime em estrita obediência à ordem direta de superior hierárquico em matéria de serviços, ainda que manifestamente criminosa.

QUESTÃO 50

Acerca dos crimes militares em tempo de paz, assinale a alternativa correta.

- (A) A prática de ato de violência contra superior hierárquico é crime militar, enquanto praticar violência contra inferior consiste apenas em falta disciplinar.
- (B) Os policiais militares que recebem pagamento de comerciante para concentrarem a sua patrulha na região do estabelecimento comercial dele não praticam corrupção passiva, pois o mencionado crime só ocorre quando o recebimento de vantagem indevida tiver como finalidade a prática de ato ilícito.
- (C) O policial militar que, ao atender ocorrência de trânsito, se apropria de arma que recolhera do interior de um dos veículos envolvidos na ocorrência não pratica peculato.
- (D) Embriagar-se o militar, quando em serviço, caracteriza crime militar, mas apresentar-se embriagado para prestá-lo caracteriza apenas infração disciplinar.
- (E) O militar que se ausentar, sem licença, da unidade em que serve, pelo período de cinco dias, não pratica crime de deserção.

QUESTÃO 51



Assinale a alternativa que apresenta a escala formada pelo conjunto de notas apresentado na figura.

- (A) Fá maior
- (B) Lá menor
- (C) Lá bemol maior
- (D) Si bemol maior
- (E) Mi bemol maior

QUESTÃO 52



QUESTÃO 56



O efeito rítmico do trecho, tocado pelas clarinetas de uma banda, é conhecido como

- (A) quiáltera.
- (B) contratempo.
- (C) síncope.
- (D) acelerando.
- (E) ligadura.

QUESTÃO 57



O pentagrama apresentado mostra um escala

- (A) menor melódica ascendente.
- (B) menor harmônica.
- (C) menor natural.
- (D) menor melódica descendente.
- (E) maior.

QUESTÃO 58



Essa sequência de notas forma uma escala

- (A) maior.
- (B) menor natural.
- (C) menor melódica descendente.
- (D) menor harmônica.
- (E) menor melódica ascendente.

QUESTÃO 59

Assinale a alternativa que apresenta a obra cuja melodia começa com anacruse.

- (A) **Hino à Bandeira** (Olavo Bilac e Francisco Braga)
- (B) **Garota de Ipanema** (Antônio Carlos Jobim e Vinicius de Moraes)
- (C) **Hino Nacional Brasileiro** (Joaquim Osório Duque Estrada e Francisco Manuel da Silva)
- (D) **Atirei o pau no gato** (Folclore)
- (E) **Yesterday** (John Lennon e Paul McCartney)

QUESTÃO 60



A figura rítmica que aparece no primeiro tempo de cada compasso desse trecho musical é conhecida como

- (A) anacruse.
- (B) quiáltera.
- (C) ralenando.
- (D) mordente.
- (E) apojatura.

PROVA DISCURSIVA

- O texto tem o objetivo de avaliar conteúdos relacionados a conhecimentos gerais, capacidade de expressão na modalidade escrita e uso das normas do registro formal culto da língua portuguesa. Você deverá produzir, a partir do tema proposto, um texto, com extensão máxima de 30 (trinta) linhas, primando pela clareza, precisão, consistência, concisão e aderência às normas do registro formal.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação do texto. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.
- O uso de título, assim como o uso do tema como título, será considerado como identificação do candidato; acarretando, assim, a anulação do texto.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade são direitos fundamentais do cidadão, na forma do art. 5.º, *caput*, da Constituição Federal. O Estado é o responsável pela preservação desses direitos e o faz por meio das forças policiais em atendimento ao art. 144 do texto constitucional. As corporações policiais têm como missão proteger o livre exercício dos direitos e das liberdades e garantir a segurança do cidadão.

O art. 144, § 5.º, da Constituição Federal disciplina que “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil”. Com fundamento no texto constitucional, fica evidenciado que a polícia militar exerce a função de polícia administrativa, sendo responsável pelo policiamento ostensivo e preventivo e pela manutenção da ordem pública nos diversos estados da Federação.

Internet: <www.advogado.adv.br> (com adaptações).

O termo cidadania tem origem etimológica no latim *civitas*, que significa cidade. Estabelece um estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada — um país — e que lhe atribui um conjunto de direitos e obrigações, sob vigência de uma constituição. Ao contrário dos direitos humanos — que tendem à universalidade dos direitos do ser humano na sua dignidade —, a cidadania moderna, embora influenciada por aquelas concepções mais antigas, dispõe de um caráter próprio e de duas categorias: formal e substantiva.

A cidadania formal é, conforme o direito internacional, indicativo de nacionalidade, de pertencimento a um Estado-nação. Em segundo lugar, na Ciência Política e na Sociologia, o termo adquire sentido mais amplo, a cidadania substantiva é definida como a posse de direitos civis, políticos e sociais.

A compreensão e ampliação da cidadania substantiva ocorrem a partir do estudo clássico de T. H. Marshall — **Cidadania e classe social**, de 1950 —, que descreve a extensão dos direitos civis, políticos e sociais para toda a população de uma nação. Esses direitos tomaram corpo com o fim da Segunda Guerra Mundial, após 1945, com aumento substancial dos direitos sociais — com a criação do Estado de Bem-Estar Social —, estabelecendo princípios mais coletivistas e igualitários. Os movimentos sociais e a efetiva participação da população em geral foram fundamentais para que houvesse uma ampliação significativa dos direitos políticos, sociais e civis e se alcançasse um nível geral suficiente de lazer, educação e bem-estar econômico e político.

Internet: <www.brasilecola.com> (com adaptações).

Considerando que os textos apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto **dissertativo** a respeito do seguinte tema:

O policial militar como agente estatal e cidadão subordinado ao cumprimento da lei.

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	

RASCUNHO

PROVA APLICADA

PROVA APLICADA

